

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (SEDH), E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO ALBERT SABIN (IAS)

O **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.338.178/0001-02, com sede na Av. Brasil, nº 2001, Centro, CEP: 36.060-010, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por sua **Prefeita, Sra. Margarida Salomão**, com interveniência da **Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)**, por seu **Secretário, Sr. Gabriel dos Santos Rocha**, de um lado e de outro, o **INSTITUTO ALBERT SABIN (IAS)**, inscrito no CNPJ sob o nº 31.746.494/0001-81, estabelecido na Rua Dr. Edgard Carlos Pereira, nº 600, Bairro Santa Teresa, Juiz de Fora – MG, CEP 36.020-200, doravante denominado **CONVENIENTE**, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. Célio Carneiro Chagas**, CPF nº 454.682.496-34, considerando os elementos de informação que integram o processo administrativo eletrônico nº 11.589/202, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101/00; nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; nos arts. 3º, IV, e 84, p. único, II, da Lei nº 13.019/14; no art. 199, §1º, da Constituição Federal; bem como no art. 116 da Lei nº 8.666/93; e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente Convênio a realização de acompanhamento de doulagem (gestação, parto e pós parto) para mulheres e pessoas gestantes; realização de rodas de conversa com gestantes e famílias sobre parto, puerpério e amamentação; realização de capacitação e aperfeiçoamento profissional de doulas, em conformidade com o Plano de Trabalho anexo a este instrumento, em conformidade com a Emenda Parlamentar nº 10.991, da Vereadora Laiz Perrut, que prevê o repasse de R\$90.000,00 (noventa mil reais) pelo Município ao Instituto Conveniente.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

2.1.2 – Exercer a função de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria durante todo o prazo de sua execução;

2.1.3 – Fornecer os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio, repassando-os ao Conveniente em conformidade com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

2.1.4 – Fornecer manuais específicos de prestação de contas ao Conveniente por ocasião da celebração da Parceria, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação eventuais alterações no seu conteúdo;

2.1.5 – Emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pelo Convenente;

2.1.6 – Fiscalizar, através do Gestor designado para acompanhamento e fiscalização do Convênio, a execução do objeto desta Parceria, inclusive com visitas *in loco* para verificação do desenvolvimento das ações, seu monitoramento e avaliação;

2.1.6.1 – Na hipótese de o Gestor da Parceria deixar de ser agente público, ou seja, lotado em outro órgão ou entidade, o MUNICÍPIO deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

2.1.7 – Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

2.1.8 – Manter, em seu sítio oficial na internet, plataforma eletrônica para divulgação da relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria;

2.1.9 – Divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;

2.2 – São obrigações do **CONVENENTE**:

2.2.1 – Promover a execução do objeto, nos precisos termos pactuados e descritos no Plano de Trabalho anexo a este instrumento;

2.2.2 – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

2.2.3 – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica citada no Plano de Trabalho;

2.2.4 – Manter os recursos aplicados em caderneta de poupança quando os mesmos não forem utilizados em prazo igual ou superior a um mês;

2.2.5 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública;

2.2.6 – Efetuar os pagamentos somente mediante crédito na conta bancária de titularidade de fornecedores e prestadores de serviços, procedendo-se à mencionada movimentação, por intermédio de transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final (DOC, TED, crédito), sejam eles pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, sendo vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos, nos termos da lei;

2.2.7 – Fazer a restituição de eventual saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado reprogramar;

2.2.8 – Permitir livre acesso dos agentes que integram os quadros de servidores do MUNICÍPIO, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações do Conveniente e a quaisquer locais onde as atividades inerentes à parceria sejam desenvolvidas;

2.2.9 – Responsabilizar-se exclusivamente:

a) Pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

b) Pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Convênio, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos;

c) Pela manutenção de sua plena regularidade documental e fiscal ao longo de toda a parceria, mantendo atualizadas todas as certidões negativas de débito;

2.2.10 – Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas, nos termos da lei.

2.2.11 – Divulgar esta Parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo no mínimo as seguintes informações: data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável, nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso, situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo e quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

2.2.12 – Garantir a afixação de placas indicativas da participação do MUNICÍPIO em lugares visíveis nos locais da execução dos projetos;

2.2.13 – Apresentar, em até 30 (trinta) dias contados do término de vigência do Convênio, Prestação de Contas Final, nos termos do previsto na Cláusula Oitava deste instrumento;

2.2.14 – Comprovar o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade, quando a parceria tiver por objeto a execução de obras e/ou reformas de imóvel, cuja titularidade seja atribuída ao Conveniente;

2.2.15 – Não exercer, na forma da lei, qualquer participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

CLÁUSULA TERCEIRA **DA CONTRAPARTIDA**

Procuradoria Geral do Município

Departamento de Procuradoria de Licitações

Av. Brasil, 2001 / 1º andar - Centro - CEP: 36060-010 – Juiz de Fora - MG – Tel: (32) 3690-7250

3.1 – A contrapartida do Conveniente não será exigida no presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA **DO VALOR GLOBAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

4.1 – Para execução do objeto descrito na Cláusula Primeira do presente Convênio, o MUNICÍPIO repassará ao Conveniente o montante de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, em **parcela única**, recurso oriundo de Emenda Parlamentar Municipal nº 10.991, conforme cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, constante do Plano de Trabalho anexo.

4.2 – Para fazer face às despesas inerentes à execução do objeto, o MUNICÍPIO utilizará recursos financeiros constantes da Dotação Orçamentária nº 14.422.0015.2216.0000, Natureza de Despesa nº 3.3.50.41.01, Fonte de Recursos 1.500.009.004.

4.3 – A liberação de recursos em contas bancárias específicas terá como objetivo viabilizar o monitoramento, bem como a fiscalização de sua utilização para os fins a que se destinam, de forma a evidenciar a respectiva movimentação financeira, cuja demonstração é indispensável no procedimento de prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros disponibilizados pela Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA **DAS DESPESAS**

5.1 – Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras, despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho:

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

5.2 – Os recursos da parceria geridos pelo Conveniente estão obrigatoriamente vinculados ao Plano de Trabalho e não devem ser por elas caracterizados como:

a) receita própria; ou

b) pagamento da Administração Pública por serviços por ele prestados.

5.3 – A inadimplência do Conveniente em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento e não poderá:

a) onerar o objeto do Convênio; ou

b) restringir a sua execução.

CLÁUSULA SEXTA

DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO

6.1 – O presente Convênio terá vigência de até 10 meses, a contar da data de sua assinatura.

6.2 – A vigência da parceria poderá ser alterada, por aditamento, mediante solicitação do Conveniente, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, nos casos seguintes:

a) reformulação do Plano de Trabalho, mediante justificativa fundamentada; ou

b) alteração da destinação dos bens remanescentes.

6.3 – A prorrogação de ofício da vigência deste Convênio deve ser feita pelo MUNICÍPIO quando este der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 – O MUNICÍPIO promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

7.2 – As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das Parcerias, e devem ser registradas em plataforma eletrônica.

7.3 – As ações de que trata o item 7.1 contemplarão a análise das informações acerca do processamento da Parceria constantes da plataforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da Parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à Parceria.

7.4 – Caberá ao Gestor da Parceria, nos termos da lei:

7.4.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

7.4.2 – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

7.4.3 – Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

7.5 – Compete ao Município fornecer ao gestor da Parceria todos os instrumentos técnicos necessários para a desincumbência de suas responsabilidades.

7.6 – As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais da internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

7.7 – O MUNICÍPIO deverá, através de seus agentes, realizar visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da Parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

7.7.1 – O Conveniente deverá ser notificado da visita técnica *in loco* com antecedência mínima de três dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 – O Conveniente está obrigado a apresentar prestação de contas, parcial e final, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos seguintes prazos:

- a) Quando se referir à prestação de contas parcial, até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao da liberação da respectiva parcela;
- b) Quando se referir à prestação de contas final, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do término de vigência do Convênio.

8.2 – Quando as datas referenciadas nos itens supra caírem em sábados, domingos e feriados/pontos facultativos, a prestação de contas deverá ocorrer no primeiro dia útil imediatamente anterior.

8.3 – Quando a prestação de contas não for encaminhada nos prazos estabelecidos, será encaminhada notificação formal ao Conveniente, com aviso de recebimento, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a entidade providencie a sua apresentação ou o recolhimento dos respectivos recursos financeiros ao Erário Municipal, acrescido de atualização monetária.

8.4 – A partir da data do recebimento da prestação de contas, a Administração Pública terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para sobre ela se pronunciar, avaliando como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- b) regular com ressalva quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
 - c.1) omissão no dever de prestar contas;

- c.2) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- c.3) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- c.4) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.4.1 – Será considerado irregular, caracterizando desvio de recursos, e tornando intempestiva a restituição ao Erário Municipal, o valor correspondente ao pagamento de despesas:

- a) que não tenham sido previstas e autorizadas no Plano de Trabalho;
- b) em relação às quais não tenham sido identificado os beneficiários finais.

8.5 – Ocorrendo qualquer impugnação de documentos ou constatação de irregularidade por ocasião dos procedimentos de monitoramento e avaliação das prestações de contas parciais e finais, deverá o Conveniente ser notificado, formalmente, dos desajustes apurados, cujas omissões e impropriedades registradas deverão ser sanadas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva notificação.

8.5.1 – Na impossibilidade de o Conveniente sanar as omissões ou impropriedades no prazo de que trata o caput deste artigo, poderá ser concedida sua prorrogação uma única vez, por igual período, mediante requerimento devidamente fundamentado.

8.5.2 – Em se tratando de hipótese de prestação de contas parciais, em razão da concessão dos prazos para saneamento das irregularidades, será a mesma aprovada parcialmente, com ressalvas, com o objetivo de não atrasar o repasse da próxima parcela referente à parceria.

8.6 – A decisão sobre a Prestação de Contas Final caberá à autoridade responsável por celebrar a Parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, assim determinado mediante ato administrativo devidamente publicizado e disponibilizado para a Parceria, vedada a subdelegação.

8.7 – O Conveniente será notificado da decisão de que trata o item 8.6 e poderá:

- a) apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de trinta dias, encaminhará o recurso à autoridade hierarquicamente superior, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- b) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável no máximo uma vez, por igual período.

8.8 – Exaurida a fase recursal, o MUNICÍPIO deverá:

- a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, publicizar as causas das ressalvas; e
- b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar o Conveniente para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - b.1) Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b.2) Solicite o ressarcimento ao erário por meio de Ações Compensatórias de Interesse Público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, nos termos do art. 72 da Lei 13.019/14.

8.9 – Na hipótese do item b.2 do item 8.8, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a) A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente;
- b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Processo Administrativo próprio e publicização dos motivos determinantes da rejeição e
- c) A correspondente cobrança judicial quando se fizer necessária;

8.10 – Se, ao término do prazo de 15 (quinze) dias corridos, o Conveniente não sanar as omissões ou impropriedades apontadas, a Administração Pública registrará a inadimplência, suspenderá o repasse dos recursos, instaurará a Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03, de 27 de fevereiro de 2013.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES

9.1 – Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho ou com as disposições legais correlatas, a Administração Pública poderá aplicar ao Conveniente as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária; e
- c) declaração de inidoneidade.

9.1.1 – É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

9.2 – A advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelo Convênio, no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

9.3 – A suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração ou execução e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública.

9.4 – A declaração de inidoneidade impede o Conveniente de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando o Conveniente:

- a) ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes; e

b) após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da Parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

10.2 – Qualquer das partes poderá rescindir a presente Parceria, a qualquer tempo, limitada a responsabilidade da execução do objeto parcial, desde que haja comunicação prévia com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

10.3 – Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido de ofício pelo MUNICÍPIO, e ainda nos casos em que o Conveniente:

a) Deixar de acatar, sem a devida justificativa, as orientações de correção procedimental apresentadas pelo Gestor da Parceria;

b) Incidir em qualquer das vedações previstas na legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Os casos omissos, assim como as dúvidas na interpretação do presente ajuste serão resolvidos, no que couber, com base nas disposições mencionadas no preâmbulo, as quais ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA PUBLICAÇÃO

12.1 – A publicação resumida deste Convênio ficará a cargo do Município de Juiz de Fora e deverá ser providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Juiz de Fora/MG, como o único competente para dirimir qualquer ação oriunda do presente Convênio.

E, por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam seus efeitos regulares.

Juiz de Fora

Procuradoria Geral do Município
Departamento de Procuradoria de Licitações

Av. Brasil, 2001 / 1º andar - Centro - CEP: 36060-010 – Juiz de Fora - MG – Tel: (32) 3690-7250

MARGARIDA SALOMÃO
Prefeita de Juiz de Fora

GABRIEL DOS SANTOS ROCHA
Secretário Especial de Direitos Humanos

CÉLIO CARNEIRO CHAGAS
Instituto Albert Sabin (IAS)

Testemunhas:

1- Nome:
CPF:

2- Nome:
CPF:

Processo nº 1.589/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BCE6-4C92-BE3D-9616

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



INSTITUTO ALBERT SABIN (CNPJ 31.746.494/0001-81) VIA PORTADOR CELIO CARNEIRO
CHAGAS (CPF 454.XXX.XXX-34) em 21/09/2023 14:36:21 (GMT-03:00)

Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



GABRIEL DOS SANTOS ROCHA (CPF 486.XXX.XXX-91) em 21/09/2023 14:56:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/BCE6-4C92-BE3D-9616>

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PROPOSTA / PLANO DE TRABALHO¹

1. N° DA EMENDA PARLAMENTAR: 10.991

2. IDENTIFICAÇÃO

Entidade / Associação / Instituição Instituto Albert Sabin		CNPJ 31.746.494/0001-81
Endereço da Sede (Av./Rua/N°/Bairro) Rua Dr. Edgard Carlos Pereira/600 – Santa Tereza		Município / UF Juiz de Fora – MG
CEP 36020-200	Telefone 3249-7178	E-mail institutoalbertsabinjf@gmail.com
Banco Banco do Brasil	Agência 2995-5	Conta 66451-0
Nome do Responsável Legal Célio Carneiro Chagas		CPF 454.682.496-34
		Identidade M2795303
Cargo do Responsável Legal Presidente		Data Vencimento do Mandato 15 de abril de 2025

3. PESQUISA DE MERCADO / ORÇAMENTO (encaminhar 3 orçamentos junto com este Plano de Trabalho)

4. OBJETO

Realização de acompanhamento de doulagem (gestação, parto e pós parto) para mulheres e pessoas gestantes; realização de rodas de conversa com gestantes e famílias sobre parto, puerpério e amamentação; realização de capacitação para atualização e aperfeiçoamento profissional de doulas.

5. JUSTIFICATIVA

A gestação, o parto e o pós parto são momentos de profunda importância na vida da gestante e da família. A assistência técnica e médica cumpre um papel fundamental, porém nem sempre é possível no tempo das consultas e exames oferecer educação perinatal e apoio emocional.

Através do acompanhamento das doulas, as gestantes se preparam e vivenciam o parto com informação e suporte físico e emocional. Dessa forma, as gestantes e famílias se sentem mais seguras, o que favorece o parto e aumenta as chances de melhores desfechos. Além disso, a preparação e a informação contribuem para que

¹ Modelo de Plano de Trabalho disponibilizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – Prefeitura de Juiz de Fora

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

gestantes sejam protagonistas dos seus partos, fazendo escolhas conscientes e evitando violência obstétrica.

O papel das doulas é fundamental nesse processo. Segundo revisão sistemática da Biblioteca Cochrane de 2020, a presença da doula durante o parto reduz em 39% o risco de cesárea, aumenta em 8% o número de partos vaginais espontâneos, reduz a duração do trabalho de parto em 69 minutos, reduz em 10% a necessidade de analgesia, reduz em 10% o número de partos com forceps, reduz em 38% o número de bebês com apgar baixo e reduz em 31% o número de mulheres com sentimentos negativos em relação ao parto.

Portanto, o acompanhamento da doula antes, durante e depois do parto, contribui para melhores desfechos e índices, numa perspectiva multidisciplinar de assistência ao parto em que cada membro da equipe tem o seu papel. Melhores desfechos em relação à gestação, parto e pós parto resultam inclusive em economia de recursos públicos, pois mães e bebês saudáveis física e emocionalmente, possuem menos demandas em relação à saúde.

Diante o exposto, o objetivo do Prepara Parto é oferecer uma assistência de doulagem respeitosa, acolhedora e baseada em evidências científicas para gestantes usuárias do SUS, aumentando as chances de um parto normal satisfatório e seguro.

Para que o projeto tenha um alcance ainda maior, envolvendo mais mulheres, disseminaremos informações de qualidade e baseadas em evidências científicas, para gestantes através das *rodas*, contribuindo para uma visão positiva do parto normal e ampliando o conhecimento das gestantes sobre os seus direitos e sobre assistência respeitosa.

Além disso, o projeto tem como objetivo capacitar doulas para que possam oferecer a melhor assistência às gestantes, no âmbito do projeto e para além dele, podendo assim, contribuir com mudanças positivas no cenário obstétrico da cidade de Juiz de Fora.

6. METAS A SEREM ATINGIDAS

META 01 – CAPACITAÇÃO DE DOULAS

Realização do Curso Avançado para Doulas para atualização e aperfeiçoamento de profissionais que atuam na cidade de Juiz de Fora. O curso será organizado por doulas e ministrado por diversos profissionais da assistência obstétrica com notório saber, experiência e práticas baseadas em evidências científicas, bem como conhecimento sobre atuação, realidade e protocolos do SUS. O curso terá carga horária de 40 horas e será voltado para doulas que vão atuar no projeto e outras doulas interessadas, completando turma de até 40 pessoas.

META 02 – ACOMPANHAMENTO DOULAGEM

Acompanhamento de doulas, da gestação ao pós-parto, para 20 mulheres gestantes usuárias do SUS.

(2)

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

acompanhamento inclui encontros individuais (3) e coletivos (2) de educação perinatal e preparação para o parto, acompanhamento do parto e nascimento e suporte no pós-parto. Cada gestante será acompanhada por 01 (uma) doula durante todo o ciclo gravídico-puerperal.

META 03 – RODAS DE CONVERSA

Realização de 04 (quatro) rodas de conversa abertas e gratuitas sobre parto, puerpério e amamentação voltadas para gestantes e famílias. As rodas irão acontecer em locais públicos com ampla divulgação nas redes e espaços de saúde do SUS. As temáticas serão trabalhadas de acordo com a realidade e os protocolos do SUS.

7. ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO (vinculadas as metas)

Ação	MÊS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Articulação com os atores necessários (IAS, SEDH, SS) META 02 e 03	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Seleção de equipe (Doulas) META 02 e 03		x										
Capacitação de Doulas META 01			x	x								
Seleção de gestantes META 02			x	x								
Educação perinatal, parto e pós parto META 02					x	x	x	x	x	x		
Roda de Conversa 01 META 03					x							
Roda de Conversa 02 META 03							x					
Roda de Conversa 03 META 03									x			
Roda de Conversa 04 META 03											x	
Conclusão do projeto/finalização de relatórios e prestação de contas META 01, 02 e 03											x	x

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Dia / Mês	Dia / Mês	Dia / Mês

(C)

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS (custos de investimento e/ou custeio)						
META/DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DO CUSTO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
01 CAPACITAÇÃO DE DOULAS	Contratação de profissionais docentes para capacitação de doulas.	HORA AULA	40	200,00	8.000,00	
02 ACOMPANHAMENTO DE DOULAGEM Acompanhamento da gestação ao pós parto para 20 mulheres. Realização de consultas individuais pré-parto (até 3), acompanhamento do parto e consulta pós- parto (1). Realização de 2 encontros coletivos de educação perinatal.	Pagamento de auxiliar dos encontros de educação perinatal e na formação de doulas	SUPERVISÃO	1	2.000,00	2.000,00	
	Acompanhamento individual (encontros individuais, parto e pós-parto)	DOULA	20	2.400,00	48.000,00	
	Pagamento de pessoa física para auxílio na Supervisão dos 20 partos e suporte à organização e supervisão do trabalho de educação perinatal	SUPERVISORA	01	5.000,00	5.000,00	
03 RODAS DE CONVERSA Rodas de conversa com duração de até 03h com temáticas diversificadas que permeiam a discussão sobre o parto humanizado	Contratação de uma Supervisora para organização e mediação das Rodas de Conversa e para apoio nas mobilizações e divulgação das Rodas e Seleção das Gestantes	SUPERVISORA	01	3.000,00	3.000,00	
TOTAL					66.000,00	
01 Coordenação geral	Contratação de pessoa jurídica para coordenar e supervisionar as metas 01, 02 e 03.	COORDENADOR	01	24.000,00	24.000,00	



Assinado por 1 pessoa: GABRIEL DOS SANTOS ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/84BB-1271-D00E-AE1A> e informe o código 84BB-1271-D00E-AE1A

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

02	Coordenação de projeto	Coordenação de projeto	-----	-----	-----	-----
TOTAL						24.000,00
TOTAL DO PROJETO						90.000,00
Obs. O IAS irá disponibilizar o pagamento de auxílio transporte e lanche para as 20 (vinte) gestantes participarem dos encontros coletivos de educação perinatal (META 02) O dispêndio referente à coordenação de projeto ficará a cargo o IAS.						

Célio C. Chagas
PRESIDENTE
INSTITUTO ALBERT SABIN



Célio Carneiro Chagas
Presidente
Instituto Albert Sabin

31.746.494/0001-81

INSTITUTO ALBERT SABIN

R. DR. EDGARD CARLOS PEREIRA, 600
SANTA TEREZA - CEP 36020-200
JUIZ DE FORA - MG



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 84BB-1271-D00E-AE1A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GABRIEL DOS SANTOS ROCHA (CPF 486.XXX.XXX-91) em 27/07/2023 17:20:09 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/84BB-1271-D00E-AE1A>